



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para incluir a Confederação Brasileira de Desporto de Surdos (CBDS) no Sistema Nacional do Desporto, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar à CBDS recursos de loterias de prognósticos numéricos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para incluir a Confederação Brasileira de Desporto de Surdos (CBDS) no Sistema Nacional do Desporto, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar à CBDS recursos de loterias de prognósticos numéricos.

Art. 2º A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 13. ....

Parágrafo único. ....

.....

IX - a Confederação Brasileira de Desporto de Surdos (CBDS).” (NR)

“Art. 14. O Comitê Olímpico Brasileiro (COB), o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), o Comitê Brasileiro de Clubes (CBC), o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP), a Confederação Brasileira de Desporto de Surdos (CBDS) e as entidades nacionais de administração do desporto ou prática do desporto a eles filiadas ou vinculadas constituem subsistema específico do Sistema Nacional do Desporto.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

....." (NR)

Art. 3º A Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018,  
passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 16. ....

.....

§ 2º .....  
.....

II - .....

a) 2,48% (dois inteiros e quarenta e oito  
centésimos por cento) para o Ministério do Esporte;

.....

e) 0,01% (um centésimo por cento) para a  
Confederação Brasileira de Desporto de Surdos  
(CBDS)." (NR)

"Art. 23. Os recursos destinados ao COB,  
ao CPB, ao CBC, à CBDS, ao CBCP, à CBDE e à CBDU  
serão aplicados, exclusiva e integralmente, em  
programas e projetos de fomento, desenvolvimento e  
manutenção do desporto, de formação de recursos  
humanos, de preparação técnica, manutenção e  
locomoção de atletas, de participação em eventos  
desportivos e no custeio de despesas  
administrativas, conforme regulamentação.

....." (NR)

"Art. 25. O Tribunal de Contas da União,  
sem prejuízo da análise das contas anuais de  
gestores de recursos públicos, fiscalizará a  
aplicação dos recursos destinados ao COB, ao CPB,





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

ao CBC, à CBDS, ao CBCP, à CBDE, à CBDU e à  
Fenaclubes.” (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor após decorridos 6  
(seis) meses de sua publicação oficial.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

HUGO MOTTA  
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 34/2025/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora  
Senadora DANIELLA RIBEIRO  
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhora Primeira-Secretária,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do caput do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 150, de 2021, da Câmara dos Deputados, que “Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para incluir a Confederação Brasileira de Desporto de Surdos (CBDS) no Sistema Nacional do Desporto, e a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para destinar à CBDS recursos de loterias de prognósticos numéricos”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS  
Primeiro-Secretário



Autenticado Eletronicamente, após conferência com o original.

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255590776400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras

